
Ilhabela – Turismo e Território*

Maria del Carmen M. H. Calvente**

RESUMO

Neste estudo são abordados conceitos sobre a relação Turismo e Território, conceitos importantes para entender as transformações de um determinado local pela sua ocupação. O espaço turístico criado e a natureza transformada compreendendo o trabalho e o lazer, seriam uma fonte de acumulação do capital. As transformações no território de Ilhabela foram estudadas, como também as repercussões do processo de ocupação/valorização pelo capital.

PALAVRAS-CHAVES: Turismo, Transformações Territoriais e Impacto Ambiental.

INTRODUÇÃO

A atividade turística tem desencadeado importantes transformações na organização do espaço, que são claramente observadas no litoral brasileiro. Um dos temas relacionados, estudado em vários trabalhos, aborda os impactos sociais e ambientais decorrentes da atividade turística. Esta atividade ocorre, na maior parte das vezes, em conflito com outras maneiras de ocupar o mesmo espaço, e vai afetar uma população concreta no seu território.

Este trabalho está relacionado à uma dissertação de mestrado (CALVENTE, 1993), na área de Geografia do Turismo, que estudou a população caiçara de Ilhabela e sua transformação. Apresenta os conceitos utilizados ao referir-se ao território e ao turismo; faz um pequeno levantamento histórico de como a população caiçara de Ilhabela foi criando seu território; e, através de trabalho de campo e entrevistas com a população de três bairros/praias, estuda a transformação e até perda desse território, esperando ser uma contribuição ao interesse pelo tema que, entretanto, deve resultar num planejamento para a atividade turística mais consciente de suas contradições.

1. TERRITÓRIO

O conceito de território tem sido alvo de discussões entre os geógrafos. SILVA (1986) coloca o território, entre outros (espaço, habitat, paisagem, região, área, população etc) como categoria fundamental para o conhecimento geográfico. A população vive em um território, do qual tem domínio e posse. Para o autor, o território é a primeira concretude do lugar: são as relações sociais de produção num território apropriado da natureza ou de outros pela conquista.

SOUZA (1995) considera que o território é, fundamentalmente, definido pelas relações de poder. Apesar das ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço serem importantes para a gênese ou manutenção de um território, a questão principal são as relações de poder naquele espaço, portanto as relações do domínio. O território tem sido usado freqüentemente, na Geografia, com referência ao Estado nacional, mas o autor faz uma ressalva: territórios existem em diversas escalas, de uma rua à territórios internacionais. O território não é um substrato, mas um campo de forças. E o substrato material a ser territorializado não

* Trabalho apresentado no Seminário "As Sociedades Insulares", NUPAUB, USP, jul/96.

** Docente do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina - Caixa Postal 6001 - CEP 86051-990 - Londrina Pr. E-mail: fuscálve@sercomtel.com.br

precisa sequer ser o solo, mas pode ser, por exemplo, o mar.

O presente trabalho fala sobre o território de uma população específica, na Ilha de São Sebastião, no município denominado Ilhabela. Estuda a perda desse território, portanto a perda do domínio sobre o espaço, trazida, neste caso concreto, pela penetração da atividade turística na segunda metade do nosso século, com particular importância a partir da década de 70. Mas, antes, é necessária uma breve análise de como esse território foi criado.

2. O TERRITÓRIO DE ILHABELA: UM TERRITÓRIO CAIÇARA

A Ilha de São Sebastião encontra-se no Litoral Norte do estado de São Paulo, dentro do município arquipélago de Ilhabela, sendo a maior ilha do conjunto, com 346 quilômetros quadrados. É recoberta, na sua maior parte, pela floresta tropical de encosta, a mata atlântica, com abundância de pequenas bacias hidrográficas no relevo escarpado, contando com mais de 400 ribeirões encachoeirados, características que lhe dão, na concepção atual, um grande potencial turístico. Não foram encontradas, através da pesquisa bibliográfica, informações seguras a respeito dos indígenas terem habitado a Ilha de São Sebastião. A parte continental da região era ocupada por membros do grupo tupinambá que, reunidos na Confederação dos Tamoios, defendem-se e atacam os estabelecimentos portugueses próximos ao porto de Santos, retardando a colonização portuguesa da Capitania de Santo Amaro, dentro da qual se localizava a Ilha.

A colonização européia no Litoral Norte deve ter começado na primeira década do século XVII, os portugueses estabelecendo-se primeiro na Ilha, por esta representar um ponto estratégico na luta contra os indígenas. Várias sesmarias foram concedidas e fundaram-se engenhos de açúcar e cachaça, assim como culturas de fumo, anil, arroz e mandioca. Barcos portugueses, aportados no canal de São Sebastião, faziam o comércio entre a produção local e produtos que eram adquiridos, como tecidos, carne seca e vinho.

No século XIX a economia era agrária, baseada no trabalho escravo. Nesse século, a Ilha chegou a ter mais de 10.000 habitantes e da

diversidade cultural e étnica surgira uma população característica, denominada caiçara. Escreve FRANÇA (1951, p.92):

“Na Ilha, como na costa continental, torna-se impossível precisar a influência correspondente do português e do índio na formação da etnia caiçara. Esta resultou dos mais antigos caldeamentos raciais e contactos de culturas, que tiveram de palco as colônias ou feitorias litorâneas. Inexistem, porém, pesquisas que permitam qualquer orientação segura nesse campo, tornando-se impossível, remontar à origem dos cruzamentos nas primitivas sociedades litorâneas.”

MARCILIO (1986, p.40), no seu estudo de demografia histórica de Ubatuba, relata o seguinte:

“Pelo mar chegaram seus primeiros conquistadores e segundos povoadores: de Portugal e Ilhas, mas também da África ou dos portos da própria colônia. Vieram também europeus de variada procedência e em todas as épocas. Os índios remanescentes, que conseguiram sobreviver ao etnocídio do século XVI ou que não escaparam para as montanhas ou outras Capitâneas, tiveram que assimilar-se logo aos novos-vindos. Uma simbiose biológica, social e cultural que permitiu a permanência e a sobrevivência de uns e de outros.”

Esta diversidade de culturas associou-se de uma forma dinâmica, num território específico, com características físicas já bastante conhecidas pelos indígenas, assimilando a roça de mandioca e a utilização de plantas medicinais, encontradas até hoje. Mas o projeto dominante para a ocupação da região estava baseado na monocultura: primeiro, de cana-de-açúcar, que é substituída, no século XIX, pela monocultura do café.

A cultura cafeeira foi de extrema importância para o Litoral Norte do estado de São Paulo. Mesmo com a proibição do tráfico de escravos, estes continuavam chegando à Ilha, pois pequenos portos (como o Sombrio) eram utilizados como desembarcadouros clandestinos. A mão-de-obra escrava era abundante, e a explicação para esta abundância está relacionada com a crueldade do sistema escravagista: os africanos que chegavam adoentados pela terrível travessia e não suportariam com vida a subida da

Serra do Mar, feita a pé, eram vendidos no local a valores abaixo do mercado. Vários quilombos foram fundados, por africanos tentando resistir ao jugo e produzindo para o auto-consumo.

Atividades de subsistência garantiam a sobrevivência da produção local: pesca, agricultura e caça. As relações econômicas que então existiam no Brasil eram totalmente voltadas para fora: as regiões produtivas não tinham comunicação entre si, apenas com o exterior, através dos mecanismos de importação-exportação. A cultura de café entra em decadência, e é promulgada a Abolição da escravatura: ocorre um êxodo na Ilha de São Sebastião, e a população cai para quase 7.000 pessoas. Retornam os engenhos de cachaça, única atividade local da época que não era de subsistência.

Os portos de São Sebastião e Ubatuba, sem a produção cafeeira, são abandonados pelas embarcações regulares, que passam a dirigir-se até Santos. Utilizando as ricas matas existentes, inicia-se na Ilha a construção das canoas de voga, que lembram embarcações indígenas, feitas em um único tronco, e que passam a ser comercializadas com outros locais.

Por volta da segunda década deste século ocorre a instalação de imigrantes japoneses na Ilha, trazendo inovações no sistema de pesca: redes de cerco e barcos a motor. A pesca costeira com finalidade comercial atrai também os homens nativos, e vários povoados de pescadores caiçaras surgem nas pequenas planícies litorâneas.

Hoje, uma questão bastante polêmica é o que é “ser caiçara”. A princípio, o termo caiçara sugere uma contraposição ao urbano, o caiçara sendo o morador tradicional do litoral. Mas, ocorrendo uma rápida transformação do espaço litorâneo, as atividades urbanas estão coexistindo com essa forte auto-diferenciação e, se em alguns momentos a denominação caiçara é usada apenas para os nativos que praticam as atividades tradicionais, esta utilização é uma visão externa do que é ser caiçara.

O trabalho de campo, através de entrevistas, mostrou que caseiros, funcionários públicos e professores, por exemplo, declaram-se caiçaras como uma forma de resistência, como um fortalecimento da territorialidade com relação àquele espaço. É uma manifestação orgulhosa, principalmente dos mais velhos, uma declaração de identidade cultural, de pertencer ao território.

Para compreender esta visão de “ser caiçara”

interna, é importante compreender a cultura como processo dinâmico, em constante mutação, um aprendizado das relações entre o homem e o seu meio. A cultura e o território transformam-se juntos, na própria estratégia de sobrevivência. Portanto, hoje não se pode procurar como cultura caiçara a de 50, 40 ou 30 anos atrás, antes da penetração do turismo, porque a transformação do espaço é acompanhada pela transformação da cultura.

A cultura caiçara surgiu no processo histórico de colonização do litoral, quando este era visto como um espaço de trabalhadores, desvalorizado pelos europeus e pelas classes dominantes. Foi no litoral que se refugiaram os que não aceitavam o sistema colonial. Na Ilha surgiram vários quilombos. Eram homens e mulheres que tiveram de aprender a sobreviver com os recursos próprios da região, inclusive com os indígenas, e em alguns momentos ficaram bastante isolados do sistema produtivo. Foi a abertura da estrada de rodagem São Sebastião-São Paulo que trouxe os primeiros e poucos turistas que chegavam nas férias de verão ou feriados prolongados, desencadeando o processo de urbanização da região, com o aparecimento das segundas residências e uma melhoria no equipamento urbano do antigo núcleo (a “vila”).

Na sua tese sobre a Ilha de São Sebastião, defendida em 1951, FRANÇA faz uma interessante descrição do início da atividade turística:

“... habitantes do planalto, principalmente da Capital, aparecem por ocasião de férias ou feriados para curtos períodos de repouso. Seu número não tem cessado de aumentar nos últimos anos, principalmente na área urbana de Ilhabela. Este pequeno povoado está conhecendo uma transformação importante, com a construção de residências modernas, pertencentes a capitalistas do planalto. Por outro lado, durante curtos períodos dos meses de dezembro e janeiro, ou julho, é comum a sua população de pouco mais de quatrocentos habitantes, ver-se acrescida por forasteiros em número equivalente ou mesmo superior. Seus 3 hotéis e as habitações do elemento local, que então costumam hospedar veranistas, superlotam-se. Até em abrigos provisórios ou barracas armadas na praia instalam-se os que procuram desfrutar de alguns dias de repouso, na bela estância. As casas comerciais auferem então os melhores lucros, não deixando de exagerar os preços.” (p.149)

3. TURISMO

O turismo, até o século XIX, era uma atividade realizada por poucos privilegiados. É no nosso século que a atividade turística passa a ser cada vez mais popular e importante na organização do espaço, estando relacionada ao processo de urbanização e de separação no cotidiano do tempo de trabalho e de não-trabalho, que pode ser de ócio, lazer e turismo.

O conceito de turismo aqui utilizado abrange o tempo de não trabalho com o deslocamento do lugar de residência e o consumo no local de destino, estando diferenciado do lazer por este ser realizado localmente. Segundo ELIAS

“Como turismo entendemos as atividades de ócio desenvolvidas fora do domicílio habitual e que produzem intercâmbios econômicos. Esta definição congrega distância do lugar de residência, necessidade de alojamento e hotelaria e por outra parte, tudo o relacionado ao ócio, como são as atividades, esportes, manifestações culturais e outras. Não esquecendo que pode dar-se também um movimento de pessoas que gera riquezas motivado pela própria atividade profissional. Temos, portanto, três elementos claros, que são: Alojamento-manutenção, Atividades-ócio, Negócio, Rentabilidade Econômica” (p.105)

Nesse espaço turístico criado, a natureza passa a ser uma mercadoria, e lugares com aparência natural garantem uma evasão do mundo do trabalho; a fuga disciplinada do espaço cotidiano para o espaço turístico aparece como capaz de trazer bem-estar, reproduzindo a condição de homem dividido (trabalho-lazer), generalizada na sociedade atual. Ao mesmo tempo que se controla o tempo de não trabalho, aparecem mecanismos capazes de tornar a atividade turística uma outra fonte de acumulação do capital, que passa a tornar-se cada vez mais importante.

4. O LITORAL COMO RECURSO TURÍSTICO

A idéia generalizada de que praias e o mar são atrativos turísticos aparece há menos de dois séculos: CORBIN (1989) mostra que até o século XVIII as representações do mar européias eram

marcadas por uma leitura puritana da Bíblia: o mar era o grande abismo, algo terrível, que só passara a existir após o Dilúvio Universal, sendo povoado por monstros que se entredoravam.

Os europeus que aqui chegavam, até o século passado, traziam uma série de preconceitos com relação ao espaço litorâneo, sendo este visto como um espaço perigoso e objeto de repulsa. Conforme MADRUGA

“Era a que se refugiavam e concentravam os fugitivos do sistema de colonização, concentravam-se índios que não integravam-se ao sistema de produção e de vida dos caraiabas (brancos) e os negros fugitivos do sistema escravista aqui instalado.” (1992, p.57)

Com os progressos nas pesquisas realizadas pela oceanografia, que diminuem os mistérios do oceano, e com as mudanças teológicas, quando a teologia passa a ver o mundo exterior como uma bênção dada por Deus aos homens, censurando os que não se maravilhavam perante o espetáculo da natureza, a visão européia dominante é modificada: o oceano passa a representar um lugar de beleza e perfeição.

Viajantes isolados passam a ser estudiosos dos dialetos, costumes, flora, fauna e morfologia do litoral. Com o Romantismo, a praia passa a ser um local de contemplação e encontros sociais. Cresce o interesse de pintores, escritores e outros pelo litoral: aparece o turista, massificando as práticas de viagens. A praia deixa de ser um espaço do trabalho, desvalorizado (algumas sedes de fazenda chegaram a ser construídas de costas para a praia, no próprio Litoral Norte de São Paulo), passando a representar um alto potencial turístico para os poucos turistas existentes, inicialmente, e, atualmente, para a grande quantidade de usuários da atividade.

O espaço turístico é criado através de valores sociais que, difundidos pela publicidade e meios de comunicação, acabam impondo aos indivíduos representações do espaço fortemente enraizadas pelos interesses econômicos. Os elementos, tanto naturais quanto históricos ou artísticos, só vão ter valor em função do modo de pensar dos usuários. Mas, com a atividade turística feita com o objetivo de lucro imediato, os próprios recursos começam a ser destruídos. Esse é o caso de hotéis, localizados à beira-mar, que jogam o esgoto na praia, dentro de um processo analisado por RODRIGUES (1992), da seguinte maneira:

“...os espaços turísticos evoluem pelo processo de ‘ondas’ de ocupação que são ditadas pela moda ou produzidas pelo consumo do espaço, levando à sua degradação e, portanto, à destruição dos recursos que os engendraram. Aqui se coloca o problema da segregação espacial da demanda, principalmente nos espaços turísticos do litoral. (...) Os núcleos anteriores, considerados degradados, perdem o valor de mercado e são ocupados por elementos das camadas sociais menos favorecidas ou por população fixa. Este processo é constatado com bastante nitidez no litoral do Estado de São Paulo, a título de exemplificação.”(p.76)

O espaço que vai ser utilizado para a atividade turística é um espaço que, freqüentemente, já possui uma organização anterior, e assim podem ocorrer conflitos entre os diferentes projetos com relação ao mesmo espaço. O caso da Ilha de São Sebastião mostra a complexidade deste processo, e como a atividade turística pode ser também parte do projeto da população local, desde que esta não perca totalmente seu território.

5. TRANSFORMAÇÕES NO TERRITÓRIO DE ILHABELA

O trabalho de campo foi realizado em três bairros da Ilha: Curral, Armação e Saco da Capela. São bairros que contavam, ainda, com uma população caiçara representativa, ao mesmo tempo que estão na área mais urbanizada do município, a área do canal de São Sebastião, onde localiza-se o ferry-boat e o antigo núcleo urbano. Cada um desses bairros está localizado numa das pequenas planícies litorâneas, tendo a mesma denominação da praia correspondente.

Todas as moradias foram visitadas, sendo feita uma entrevista por residência, mas diversificando o papel do entrevistado na família, o sexo e a faixa de idade. No roteiro haviam questões com relação ao espaço próximo, usando os conceitos de transformação e permanência; questões com relação ao turismo, ao Parque, à pesca e atividades agrícolas; e uma questão perguntava qual manifestação da natureza ou atividade marcava o tempo, no decorrer dos meses do ano, permitindo a elaboração de um calendário vivencial para cada bairro.

A permanência destas pessoas no seu território está ligada às questões que podem ser separadas em três temas: 1) como vai ocorrer o desenvolvimento da pesca, principalmente a artesanal, sendo a atividade pesqueira ainda extremamente importante para a população caiçara; 2) às questões trazidas pelo discurso conservacionista e pela implantação do Parque Estadual de Ilhabela; e 3) à forma do desenvolvimento da atividade turística no litoral. Os dois primeiros temas serão abordados de uma forma breve, e o terceiro tema é o objeto da discussão deste trabalho, sendo que todos os três estão relacionados.

Hoje a pesca artesanal está bastante dificultada, pelo fechamento das praias por residências de veraneio muradas, e uma boa parte dos pescadores não mora mais nas pequenas planícies, ocupando as encostas. Um outro problema encontrado é a dificuldade de extração de madeiras para o fabrico das canoas, madeiras que podem estar na área do Parque. Dificuldades bastante citadas pelos pescadores é a época do defeso, que não está adaptada à realidade regional e a diminuição do pescado, causada por impactos ambientais: pela pesca predatória e por derramamentos de petróleo no mar.

As leis conservacionistas relativas ao mar não são respeitadas por todos, faltando a infraestrutura necessária às instituições para exercer uma fiscalização efetiva, e os pescadores queixam-se da lei não ser respeitada pelos grandes armadores ou pelos que possuem poder econômico. Um outro problema encontrado é o controle da produção de pescado pelos atravessadores, e nos próprios municípios produtores o pescado tem um preço alto para a população local. Pode ocorrer, inclusive, da população terminar adquirindo pescado congelado vindo das centrais de abastecimento dos grandes centros urbanos. Na valorização da pesca artesanal, aparece o trabalho de DIEGUES (1989), que tem atuado em encontros em São Sebastião, com a participação de alguns caiçaras de Ilhabela, defendendo a importância e viabilidade deste tipo de pesca.

O mesmo quadro com relação às leis conservacionistas ocorre na terra: falta infraestrutura para a fiscalização. Aproximadamente 80% da Ilha é área do Parque Estadual de Ilhabela, uma outra parte é área tombada e o restante deveria estar protegido pela Lei do Uso do Solo Municipal. Se existem alguns grandes

projetos embargados pelo Parque, sempre vai ser a maioria pobre, o morador local, um alvo mais constante e fácil para as ações punitivas. A Lei do Uso do Solo tem sido utilizada, de acordo com o relatado, como instrumento de poder pelas administrações municipais. O decreto do Parque, da década de 70, foi feito sem levar em consideração o morador local, representando, para a população nativa, uma invasão de um território utilizado há várias gerações.

Há duas maneiras possíveis de encarar a questão da população local em áreas de conservação. Uma maneira, a mais fácil, é pensar na população local como o principal inimigo da conservação, e ter como projeto retirá-la ou pensar em educá-la para obrigá-la a conservar. Uma outra maneira, com certeza a mais complexa, é pensar nesta população local e sua necessidade de sobrevivência dentro do mesmo processo histórico que trouxe a destruição ambiental sem precedentes encontrada hoje, e encará-la como composta por sujeitos ativos, que podem participar ativamente, com seu conhecimento e territorialidade, num diálogo pela conservação daquele espaço.

É importante ressaltar que, no Litoral Norte de São Paulo, neste século, o grande impacto ambiental foi trazido pela chegada do equipamento turístico. Não há como questionar a necessidade de conservação, mas esta necessidade não surgiu porque os caiçaras ocupavam o território de uma maneira tradicional, e sim pela lógica da cultura urbana e a procura de espaços turísticos, que se transformaram em mercadoria de alta rentabilidade.

6. O TERRITÓRIO E O TURISMO

Com o turismo, ocorreu um processo acelerado de valorização das terras e de especulação imobiliária. Estas terras passaram a ter valor de troca (tradicionalmente, tinham apenas valor de uso) e no início do processo muitas posses foram vendidas por valores mínimos, sendo que os caiçaras estavam pouco habituados às relações capitalistas ou a conviver com valores monetários, pois quase todas as necessidades eram satisfeitas pela produção familiar. O turismo penetrou como especialização, e outras atividades econômicas (como a pesca) passaram a ser abandonadas e até consideradas entraves à modernização, inclusive pelos poderes públicos locais.

As posses que continuaram nas mãos das famílias caiçaras foram diminuindo e aumentando de valor, os que ficaram sem terra passaram por um processo de proletarianização e, como mão de obra barata, piorando as condições materiais de existência, ao mesmo tempo que aumentava a informação e o apelo com relação aos bens de consumo.

As comunidades caiçaras passaram a ficar concentradas em determinados locais. Mesmo nestes, na maior parte dos casos, a faixa à beira-mar foi vendida e cada vez mais os pescadores, morando nas encostas, sofreram dificuldades para transportar o equipamento de pesca até à beira-mar, pois as residências de veraneio são construídas muradas, diferentemente das residências tradicionais.

Era esse o quadro geral quando o trabalho de campo foi realizado, durante os anos de 1990 e 1991. Nos três bairros escolhidos, a diferentes distâncias do centro urbano, observou-se diferentes etapas do processo de transformação ou urbanização. O impacto do turismo nas três comunidades estudadas (Curral, Armação e Saco da Capela) tem aspectos heterogêneos. Para toda uma comunidade estudada a atividade turística era encarada como fator bastante positivo: são os que mantiveram a maior parte das terras. Já para as famílias caiçaras dos outros bairros, que na quase totalidade passaram por um processo de proletarianização, o assalariamento e a sazonalidade da atividade turística ocasionou, segundo declarado, uma piora na qualidade de vida, principalmente na alimentação, sendo que a urbanização criou também necessidades que antes não existiam e que não são satisfeitas com o salário. As vendas das posses no passado próximo por valores irrisórios são recordadas e comparadas com os valores de mercado atuais.

Pensando no conceito de território, já discutido, além de relacionar territorialidade com ligações afetivas e de identidade (que os caiçaras possuem em alto grau), é necessário incluir também as relações de poder espacialmente delimitadas. Durante muito tempo a Ilha de São Sebastião foi um território de caiçaras: isso não significa que não ocorriam transformações no espaço ou na sociedade, mas que os caiçaras possuíam um poder (mesmo que relacionado às condições da sociedade abrangente) com relação àquele espaço. E o trabalho de campo vai mostrar que a atividade turística é considerada positiva pela população local quando esta mantém o território e negativa quando ocorre o inverso.

Ilhabela passou a ser atingida pelo fluxo de turismo de massas na década de 70, tendo ocorrido a construção de estradas melhores e popularização da posse de automóveis, já tendo sido instalado o ferry boat para travessia do continente para a Ilha e vice-versa. Passou então a ser procurada principalmente por usuários de maior poder econômico, que queriam espaços turísticos mais privativos, característica relacionada ao fato do município ser insular. Depois de duas fases de monocultura (café e cana-de-açúcar) os caiçaras de Ilhabela viviam, na maioria, da pesca artesanal e de atividades de subsistência como a roça. O valor comercial das terras era pequeno e, rapidamente, começou um processo de violenta especulação imobiliária.

No Litoral Norte, nesse momento alvo de uma destruição ambiental sem precedentes, há pressão de grupos ambientalistas e são criados Parques Estaduais, inclusive o Parque Estadual de Ilhabela. Ao mesmo tempo que são limites para a especulação imobiliária, para os caiçaras esses Parques representaram a perda do território: aumentou a impossibilidade material de praticar atividades tradicionais como a roça e a caça, sendo que estes limites também foram surgindo na beira-mar: as novas residências construídas muradas, fechando o acesso à praia e dificultando a pesca. Além da impossibilidade material ocorre também uma mudança cultural: a pesca artesanal e a roça deixam de ser atividades atrativas para os mais jovens.

No bairro do Curral os caiçaras tinham mantido a maior parte das terras, praticamente de toda a área da estrada até a cota de 200m de altitude (onde inicia-se a cota-limite do Parque). Criaram pequenas atividades comerciais que permitiram uma apropriação de parte da renda gerada pela atividade turística: campings, restaurante, sorveteria, bar e armazém. O acesso à praia ainda era fácil, pois a entrada para os campings era aberta, não estava murada. Ainda existia uma casa de farinha, atividade tradicional; e as novas residências eram construídas cada vez mais subindo as encostas, a cada filho ou filha que formava nova família. A atividade profissional mais comum ainda era a de pescador artesanal e os próprios pescadores declaravam-se beneficiados pelo turismo, pela venda de pescado diretamente ao consumidor por um valor maior. Das 42 residências de moradia existentes, apenas 9 eram de famílias migrantes. Como estes caiçaras mantiveram a maior parte da terra, a valorização

trazida pelo turismo também os beneficiou. Neste bairro todos os entrevistados referiam-se à atividade turística como algo positivo para a comunidade, apesar da perda de pequena parte do território (a beira-mar). É importante ressaltar que esse era o quadro em 1990: através da observação é possível constatar que hoje já aumentou o fechamento da praia e a venda de terras para não-caiçaras.

Já nos outros dois bairros, onde os caiçaras tinham passado por um processo de proletarização, o assalariamento e a sazonalidade do trabalho na atividade turística são referidos como trazendo uma piora na qualidade de vida. A venda das posses da terra por valores baixos era sempre lembrada nas entrevistas e o turismo e os turistas bastante criticados, numa relação antagônica.

Na Armação, as famílias caiçaras moravam nas encostas, tendo como única exceção a família proprietária da salga do peixe. O acesso à praia estava praticamente fechado, pois todas as residências entre a estrada e o mar estavam muradas. A situação da comunidade era bem diferente da do Curral, havendo ocorrido uma série de conflitos ligados ao território: a construção de um complexo hoteleiro, na década de 80, ocasionou, segundo relatado, o incêndio criminoso de uma residência, o fechamento da única passagem para um conjunto de residências localizadas no alto da encosta (que depois foi aberta por ordem judicial) e a contratação de homens armados que circulavam pelo bairro. Na beira-mar, a única passagem pública para a praia era bastante estreita e os pescadores começaram a passar com seus equipamentos de pesca pelo gramado de uma residência de veraneio, sendo que o proprietário desta tinha dado ordens para que a caseira proibisse a passagem. Neste bairro ainda existia uma maioria de pescadores.

O Saco da Capela, último bairro trabalhado, fica bem próximo ao centro urbano do município, com características bastante urbanas, não apresentando dados que o determinem como um território caiçara. O processo de transformação pela atividade turística é mais antigo em duas décadas que nos outros dois bairros. Ocorreu, na verdade, uma segregação espacial dentro do bairro: os caiçaras ficaram concentrados principalmente em duas ruas. No bairro anterior, Armação, muito dos homens entrevistados ainda desejavam voltar para a pesca, sendo que aqui esta atividade não é mais citada como uma

possibilidade futura. No Saco da Capela foram encontrados apenas 6 pescadores artesanais, sendo que os migrantes representam quase metade da população residente no bairro. Aparecem relações de conflitos territoriais entre caiçaras e trabalhadores migrantes, e também pela disputa pelos mesmos empregos. Os pequenos empresários do bairro e proprietários de casas de veraneio parecem preferir a mão-de-obra migrante (pelo menos um entrevistado declarou isso claramente, alegando que o caiçara é muito independente, não estando habituado a ser assalariado) e, dos 50 caseiros, apenas 11 são caiçaras. Um dos traços positivos salientado na atividade turística, a de gerar empregos para a população local, mostra aqui ser contraditório: após um determinado tempo, está ocorrendo a escolha de migrantes para os empregos criados.

CONCLUSÃO

O conceito de território tem importância fundamental para o entendimento de um dos aspectos do fenômeno turístico: seu impacto sobre a população local. Claramente, o estudo de campo feito mostra que a manutenção de, pelo menos, parte das terras possibilita à essa população uma transformação onde o turismo pode tornar-se uma alternativa econômica. A questão principal, então, passa a ser colocada da seguinte maneira: quais as possibilidades concretas para que a população local mantenha a terra, dentro da valorização rápida que a atividade turística traz.

Pensar no turismo como atividade econômica única, como estava ocorrendo na Ilha de São Sebastião, pode ter os mesmos efeitos desastrosos da monocultura: é fundamental conciliar a atividade turística com outros tipos de atividades, garantindo trabalho e produção durante todo o ano, de uma forma diversificada.

Esta conclusão está relacionada aos efeitos territoriais e sociais, observados através do trabalho empírico, que podem ser sintetizados da seguinte maneira:

1. a transformação do agricultor/pescador caiçara em proletário ou pequeno comerciante;
2. a transformação do valor de uso da terra em valor mercantil;
3. a violenta especulação imobiliária;
4. os caiçaras perdendo o território à beira-mar,

primeiro através da venda das posses e depois pela construção de residências de veraneio muradas;

5. a dificuldade de trabalho decorrente do abandono de outras atividades e da sazonalidade da atividade turística.

Fugindo da apologia da atividade turística, ou do simples destaque para os seus aspectos negativos, defende-se que estas questões devem ser levadas em conta por todos os estudiosos do fenômeno turístico, assim como no seu planejamento e execução, na necessária preocupação com a população local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CALVENTE, M. del C. M. H. *No Território do Azul-Marinho – A busca do espaço caiçara* São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado) – USP
- CORBIN, A. *O Território do Vazio – A Praia e o Imaginário Ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DIEGUES, A. (Org.) *Pesca Artesanal: Tradição e Modernidade*. São Paulo: Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil, IOUSP/F.FORD/UICN, 1989.
- ELIAS, L.V. "Patrimônio etnográfico y turismo rural" in VALCARCEL-RESALT, G; VINUESA, M. A. T.; CAVA, L. E. (Coord.). *Desarrollo Local, Turismo y Medio Ambiente*. Cuenca: Excma. Diputación Provincial de Cuenca, 1993.
- FRANÇA, A. *A Ilha de São Sebastião – Estudo de Geografia Humana*. São Paulo, 1951. Tese (Doutorado em Geografia) – USP
- MADRUGA, A. M. *Litoralização: Da Fantasia de Liberdade à Modernidade Autofágica* São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em Geografia) – USP
- MARCILIO, M. L. *Caiçara: Terra e População. Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba*. São Paulo: Paulina: CEDHAL, 1986.
- RODRIGUES, A. A. B. Geografia e Turismo – notas introdutórias. *Revista do Departamento de Geografia da USP*, São Paulo, n. 6, p.71-82, 1992.
- SILVA, A. C. da. As categorias como fundamentos do conhecimento geográfico. in: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A. de (Coords.). *O Espaço Interdisciplinar*. São Paulo: Nobel, 1986.
- SOUZA, M. J. L. de. "O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento" in: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; Corrêa, R. L. (Org.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.